

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO V – Nº 801 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 22 DE JANEIRO DE 1999



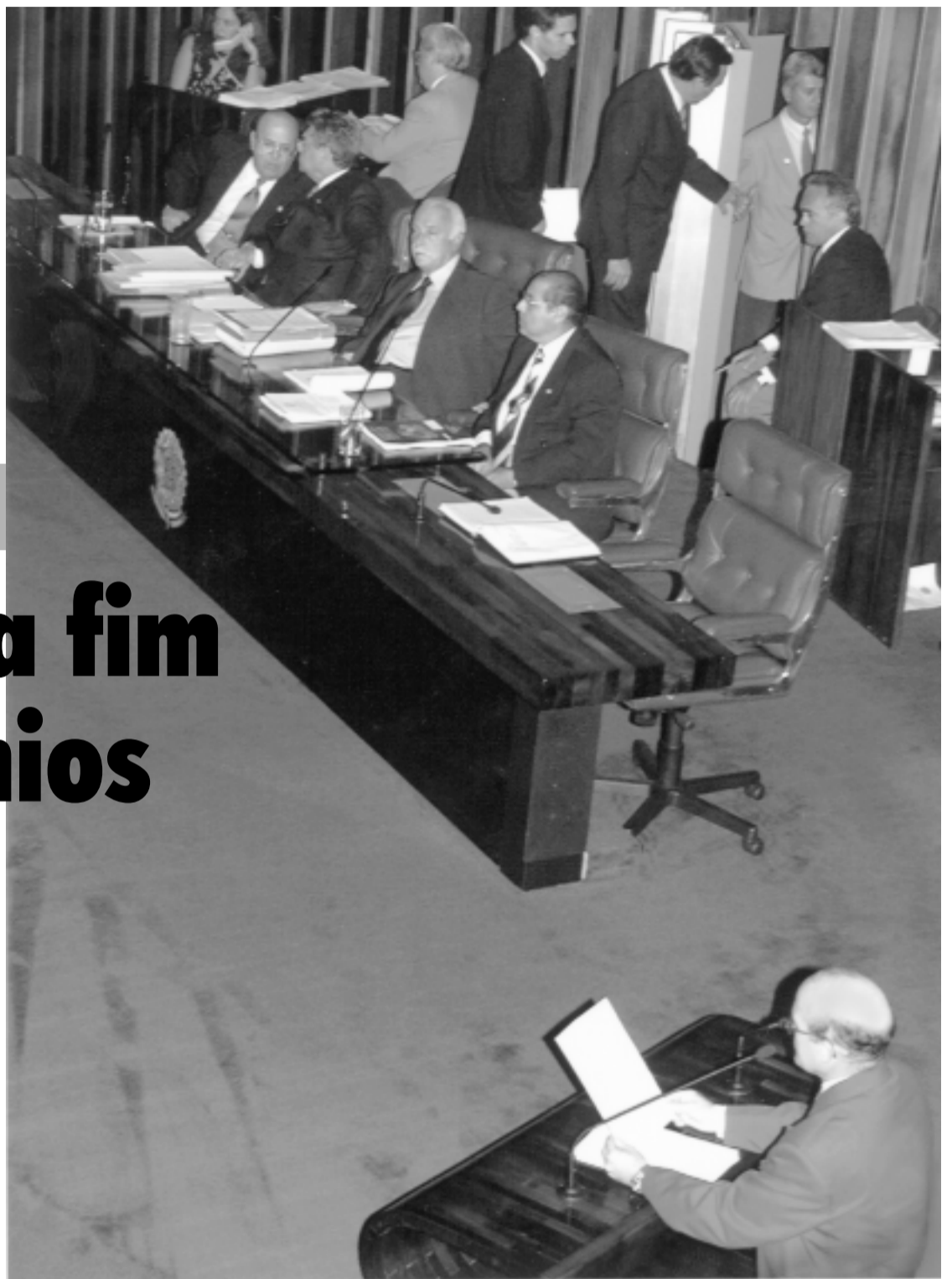
Plenário exalta luta de João Calmon

Falecido no último dia 11, o ex-senador João Calmon foi homenageado ontem em plenário por sua luta intransigente em defesa da educação brasileira, que ele classificava como “a porta para o futuro”. Diversos senadores discursaram lembrando sua atuação na Casa.

Calmon foi o autor da emenda constitucional assegurando recursos para a educação

PÁGINAS 6 E 7

Da tribuna, Sebastião Rocha defende o texto final do projeto sobre os manicômios. As alterações aprovadas forçam uma nova votação da proposta na Câmara



Senado aprova fim dos manicômios

Proposta, que retornará à Câmara, proíbe internação de doentes psiquiátricos em asilos

O plenário do Senado aprovou ontem o texto final do projeto que modifica a política nacional de tratamento dos doentes mentais, determina a extinção progressiva dos manicômios e cria novos recursos assistenciais no tratamento de doenças psíquicas. Os senadores aprovaram o substitutivo apresentado por Sebastião Rocha, que introduziu mudanças na proposta original do deputado Paulo Delgado, e, por isso, deverá retornar à Câmara para nova votação. O projeto também acolheu sugestões do senador Lucídio Portella, autor do substitutivo na Comissão de Assuntos Sociais, e de entidades ligadas à área de saúde. Apontada por Rocha como um “um modelo de transição”, a nova legislação só permitirá internamento em hospitais psiquiátricos em último caso, dando preferência ao tratamento ambulatorial e domiciliar.

PÁGINA 3

Comissão acolhe relatório do Orçamento

Relatório de Ramez Tebet foi acolhido pela Comissão Mista de Orçamento após 13 horas de reunião.

PÁGINA 5



Acordo permite transferir presos estrangeiros

PÁGINA 3

Contribuição de servidor tramita em regime de urgência

PÁGINA 2

Senado vota na terça nova contribuição previdenciária

Plenário acolheu ontem, com seis votos contrários dos partidos de oposição, requerimento de urgência para a tramitação do projeto aprovado pela Câmara dos Deputados na quarta-feira



AGENDA

SEXTA-FEIRA, 22 DE JANEIRO DE 1999

PLENÁRIO

▶ 10h - Sessão não deliberativa

PREVISÃO PARA A PRÓXIMA SEMANA

▶ Segunda-feira
▶ 14h30 - Sessão não deliberativa
▶ Terça-feira
▶ 14h30 - Agenda em aberto
▶ Quarta-feira
▶ 14h30 - Agenda em aberto
▶ Quinta-feira
▶ 14h30 - Agenda em aberto
▶ Sexta-feira
▶ 9h - Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira
▶ 10h30 - Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: * Mensagem nº 54/99, que submete ao Senado o nome do senhor Francisco Lafaiete de Pádua Lopes para exercer o cargo de presidente do Banco Central; * Mensagem nº 30/99, que encaminha ao Senado a Programação Monetária para o 1º trimestre de 1999; * Mensagem nº 28/99, que propõe ao Senado seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente a até US\$ 1,1 bilhão, de principal, entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinada ao financiamento do Programa Global de Financiamento Multissetorial; * Mensagem nº 276/98, que propõe ao Senado seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 5 milhões, de principal, entre o Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - Bird, destinada ao financiamento parcial do Programa de Apoio à Reforma de Sistemas Estaduais de Previdência; e * Ofício "S" nº 35/98, que encaminha ao Senado solicitação do governo do estado do Piauí, a respeito do contrato de confissão, assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas, celebrado com a União em 20 de janeiro de 1998, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor total de R\$ 250.654.937,41. Ala Senador Alexandre Costa - Sala 19



Senador Antonio Carlos Magalhães presidiu a sessão de ontem, quando foi votada a urgência para o projeto de taxação dos servidores, e elogiou a aprovação da matéria pela Câmara

Para ACM, aprovação do projeto demonstra civismo

– Mais uma demonstração de espírito público e do civismo do Legislativo.

Com essa apreciação o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, comentou na manhã de ontem a aprovação, pela Câmara dos Deputados, do projeto que amplia o desconto previdenciário dos servidores públicos da União e inclui os pensionistas e inativos na taxação da Previdência Social.

Antonio Carlos destacou que a “expressiva votação obtida pelo

projeto na Câmara” dá mostra clara da “preocupação do Congresso Nacional em aprovar o ajuste fiscal”.

Ao fazer um rápido balanço do trabalho durante a convocação extraordinária do Congresso Nacional, o senador observou que, a partir da aprovação do projeto dos inativos pelo Senado, “ficará faltando apenas a aprovação da CPMF pela Câmara, para concluir a apreciação das propostas do ajuste fiscal”.

Adélia Prado fala de sua poesia à Rádio Senado

Uma das grandes vozes da poesia brasileira contemporânea, Adélia Prado fala à Rádio Senado, neste fim de semana. Mineira de Divinópolis e autora de livros como *A Faca no Peito*, Adélia revela sua visão da poesia no programa *Autores e Livros*, que vai ao ar amanhã, às 10h30, com reprise no domingo, às 19h30. A apresentação é

da escritora Margarida Patriota.

A Rádio Senado transmite, também, mais três programas inéditos, apresentados pelo senador Artur da Távola: *A Música do Brasil*, amanhã, às 16h, e domingo, às 22h; *A Música Erudita e seus Mestres*, amanhã e domingo, às 11h; e *Brahms - Vida e Obra*, amanhã, às 22h, e domingo, às 17h.

O Senado votará na próxima terça-feira o projeto que cria a contribuição previdenciária para os servidores públicos inativos e aumenta a alíquota da contribuição dos ativos para até 25%. Requerimento de urgência, apresentado por lideranças partidárias, foi aprovado ontem no plenário, com seis votos contrários dos partidos de oposição.

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) estranhou a rapidez com que o projeto, aprovado quarta-feira à noite, na Câmara dos Deputados, chegou ao Senado para votação. “A Câmara não é tão longe”, justificou o presidente Antonio Carlos Magalhães. “Mas há projetos que demoram anos para cumprir esse trajeto”, respondeu Valadares.

Para o senador por Sergipe, o governo está criando uma fórmula “contorcionista” de reduzir os salários dos servidores públicos ativos e inativos, o que, observou, é proibido pela Constituição. “Trata-se de um verdadeiro confisco de salários e, pior, não vai resolver o problema de caixa do Tesouro, porque arrecadará somente R\$ 2 bilhões”, garantiu.

Valadares afirmou que o governo está totalmente perdido. “Não há governabilidade, porque Fernando Henrique Cardoso não tem vocação para decidir. Enquanto falava em seu programa de rádio que não haveria aumento de juros depois da liberação do câmbio, o Banco Central

anunciava a subida do teto para 41%, e somente depois das 19h30 FHC foi informado da mudança. Quem está dizendo isso não sou eu, da oposição, é o jornal *O Globo*, que todo mundo sabe ser complacente com o governo”, disse ele.

Em relação ao projeto taxando mais os servidores, Valadares aventou a possibilidade de que Fernando Henrique Cardoso tenha assinado a proposta sem ler. “O presidente, que sempre se preocupou com o social, não pode ter assinado um projeto injusto como esse sabendo de seu conteúdo”, disse. Os senadores Roberto Requião (PMDB-PR), Eduardo Suplicy (PT-SP), Ademir Andrade (PSB-PA), Roberto Freire (PPS-PE), Geraldo Cândido (PT-RJ) e o próprio Valadares votaram contra o requerimento de urgência.

PROJETO

O projeto prevê, a partir de 1º de maio próximo, cobrança de contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas do serviço público que ganham mais de R\$ 600. A alíquota será de 11%, com adicionais de 9 pontos percentuais sobre a parcela entre R\$ 1.200 e R\$ 2.500 e de 14 pontos percentuais sobre a parcela acima desse nível. A contribuição básica será permanente, mas os adicionais provisórios deverão ser cobrados até 31 de dezembro de 2002.

Os servidores públicos da ativa, que já contribuem com 11% de seus salários para a Previdência Social, pagarão os mesmos adicionais previstos para os inativos até a mesma data. O projeto isenta de pagamento os aposentados por invalidez ou com idade superior a 70 anos, que ganham até o limite de R\$ 3.000.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade

Editor-Chefe: Djalba Lima
Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo
Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Coordenação Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Tratados permitirão transferência de presos

Dois tratados que possibilitam a transferência de presos entre o país e a Argentina e o Chile foram aprovados ontem pelo plenário. Os acordos internacionais abrem espaço para a transferência dos cidadãos argentinos e chilenos condenados pelo seqüestro do empresário Abílio Diniz, ocorrido em 1989.

Para a senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), relatora dos projetos de decreto legislativo que aprovam os tratados, a adoção dos acordos é "conveniente e oportuna", já que é "plenamente compatível com o direito penal humanitário". Como já foram aprovados pela Câmara, os projetos seguem para publicação, quando estará autorizada a aplicação dos tratados.

— Ao salvaguardar para o Estado a possibilidade de conceder a liberdade caso a caso, o tratado mantém incólume o poder soberano na concessão da transferência do preso — argumentou Emilia.

A senadora recorreu também à mensagem do Ministério das Relações Exteriores, argumentando que "a transferência do prisioneiro, além da proximidade da família, que constitui apreciável suporte psicológico, facilita a sua reabilitação social após o cumprimento da pena, um dos primordiais objetivos dos sistemas penitenciários".

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) votou contra os tratados, juntamente com os senadores Levy Dias (PPB-MS), Lúdio Coelho (PSDB-MS), Osmar Dias (PSDB-PR) e Moreira Mendes (PFL-RO). Para Camata, o governo federal não agiu de maneira transparente na condução da transferência dos seqüestradores do empresário paulista.

— Um dos seqüestradores teria afirmado recentemente que está arrependido por acreditar que o seqüestro foi feito na hora errada e não por ter sido privado da liberdade durante todo esse tempo. Isso vai ficar mal para as autoridades e para a Justiça brasileira — disse Camata.

Emilia citou que o Brasil já possui tratados desse tipo com Inglaterra, Canadá e Espanha. Porém, Camata criticou o governo espanhol por não extraditar os acusados do naufrágio do barco Bateau Mouche, que matou dezenas de pessoas na Baía de Guanabara.

Extinção de manicômios será gradual

Projeto aprovado ontem pelo plenário, que voltará à Câmara para análise de mudanças feitas pelos senadores, exige de hospitais psiquiátricos assistência integral aos pacientes

O plenário do Senado aprovou ontem o texto final do projeto de lei que prevê a extinção gradativa dos manicômios sem assistência médica, psicológica e de apoio aos doentes mentais e cria novos recursos assistenciais no tratamento de doenças psíquicas. A proposta, que proíbe a internação de doentes psiquiátricos em asilos, retornará à Câmara, pois sofreu mudanças durante sua tramitação no Senado.

Foi aprovado um substitutivo apresentado pelo senador Sebastião Rocha (PDT-AP). Este, por sua vez, se baseou no projeto original, do deputado Paulo Delgado, e em um substitutivo que o senador Lucídio Portella (PPB-PI) propôs na Comissão de Assuntos Sociais, além de sugestões de senadores, do Ministério da Saúde, de médicos e de familiares de doentes mentais.

Durante a última discussão da matéria, o senador Lucídio Portella disse que, por se tratar de um assunto tão polêmico, houve dificuldades para se chegar a um texto final. De um lado, estavam representantes de um movimento contra manicômios e, de outro, médicos e parentes de doentes. O movimento que defende os princípios da antipsiquiatria considera o hospital psiquiátrico "instituição repressora".

Fogaça lamenta radicalismo durante discussão do tema

No último debate no Senado sobre o projeto que trata da extinção progressiva dos manicômios, o senador José Fogaça (PMDB-RS) afirmou que "o radicalismo impediu avanços e atrasou a tramitação do projeto".

Para Fogaça, nos sete anos em que o projeto tramitou no Senado os dois lados envolvidos agiram de forma radical, tanto os que querem extinguir totalmente os hospitais psiquiátricos como os que desejam mantê-los como única instituição a tratar doentes mentais.

Já o senador Artur da Távola (PSDB-RJ) afirmou que, depois de anos como parlamentar, convenceu-se de que "as leis que saem em consenso são as grandes leis duradouras. Aqueles que resultam da vitória eventual de um grupo sobre outro não são efetivamente duradouras, porque não contemplam a pluralidade das opiniões".



Sebastião Rocha acredita que o projeto aprovado propõe um "modelo de transição"



Lucídio Portella lembrou que a Inglaterra foi obrigada a recriar a internação voluntária

Conforme Lucídio Portella, "apesar de abandonada até por seus antigos seguidores, a antipsiquiatria gerou pretensas reformas psiquiátricas em vários países" e o exemplo mais conhecido é o da Inglaterra. No entanto, "depois de uma reforma radical", a própria Inglaterra começou a abandonar as mudanças, optando por um modelo intermediário, inclusive impondo novamente a internação involuntária. Isso porque antigos internos acabaram envolvidos com drogas e com a criminalidade, afirmou.

Na opinião do senador Sebastião Rocha, o projeto que o Senado encaminha à Câmara propõe "um

modelo de transição". Observou que a nova legislação, se aprovada pelos deputados, só permitirá internamento em hospitais psiquiátricos em último caso.

Ao lado da gradativa desativação de manicômios, o projeto exige do poder público a ampliação da rede de hospitais psiquiátricos, com prontos-socorros e ambulatórios especializados. Os hospitais terão de proporcionar assistência integral aos pacientes, incluindo serviços médicos, de assistência social e de ocupação e lazer, com o objetivo de tratar e reinserir o doente na sociedade.

Sebastião Rocha informou que,

depois de negociações, houve acordo entre representantes dos grupos interessados no assunto e foi modificada a emenda em que se exigia a autorização do Ministério Público no processo de alta dos pacientes internados. Ficou acertado que os hospitais comunicarão ao Ministério Público, em 72 horas, toda internação involuntária de doentes. Um parente ou representante legal de um paciente internado à força poderá, entretanto, pedir aos procuradores que indiquem uma equipe revisora multiprofissional para decidir se o paciente deve continuar internado ou não.



José Fogaça acusou as duas correntes de terem agido de forma radical



Artur da Távola acredita que só o consenso permite a criação de leis duradouras

tentes, sem que se apontem novos caminhos. A senadora acha que o texto aprovado não é claro e objetivo sobre as estru-

ras que prestarão assistência aos doentes mentais, o que "deixa a porta aberta para que doentes sejam jogados na rua".

Aprovados créditos para o Ceará e Goiás

Projetos de resolução, que irão agora à promulgação, autorizam os dois estados a contratar empréstimos no valor total de R\$ 1,373 bilhão para sanear instituições financeiras e ajustar suas finanças

CAE discute na terça programação monetária

Após a sabatina do presidente do Banco Central, Francisco Lopes, na próxima terça-feira, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deverá examinar mensagem da Presidência da República com a programação monetária para o primeiro trimestre. A matéria tem parecer favorável do senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

Também consta da pauta da CAE pedido de autorização para a contratação de operação de crédito externo no valor de até US\$ 1,1 bilhão entre o BNDES e o BID para investimentos

no Programa Global de Financiamento Multissetorial. A matéria tem parecer favorável do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF).

Com parecer favorável do senador Ramez Tebet (PMDB-MS), a comissão também analisará pedido de autorização para empréstimo junto ao Banco de Exportação e Importação do Japão (Eximbank), no valor de 18 bilhões de ienes, destinado ao financiamento parcial do Programa de Modernização da Infra-Estrutura do Setor de Ciência e Tecnologia.

Outro item da pauta é o pedido de

autorização de empréstimo ao Banco Mundial, relatado favoravelmente pelo senador Leonel Paiva (PFL-DF), no valor de até US\$ 5 bilhões, destinado ao Programa de Apoio à Reforma de Sistemas Estaduais de Previdência. Todos esses itens da pauta são originários da Presidência da República e a votação tem caráter

não terminativo.

Também faz parte da pauta da CAE solicitação do governo do Piauí de refinanciamento da dívida de R\$ 250,6 milhões celebrado com a União no âmbito do Programa de Apoio à

Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados. O relator, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), apresentou parecer favorável ao pedido.

A CAE deve examinar ainda emenda de plenário, do senador Ernandes Amorim (PPB-RO), ao projeto de resolução do Senado que trata de pedido da prefeitura de Teresina de autorização para contratação de operação de crédito junto ao BNDES. Os recursos, no valor de R\$ 18,4 milhões, serão destinados ao Projeto Vila-Bairro. O parecer do relator, Bello Parga (PFL-MA), é favorável à emenda.

cargos que a lei determinar. A arguição de Francisco Lopes na CAE será pública, mas, na hora de os senadores deliberarem, o voto será secreto. É o que determinam a Constituição e o Regimento Interno do Senado, o qual dispõe que compete à comissão, entre outras atribuições específicas, opinar sobre proposições pertinentes à escolha dos ministros do TCU e do presidente e diretores do BC.

Francisco Lopes foi indicado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso para presidir o Banco Central depois que Gustavo Franco pediu demissão do cargo. Após exame pela CAE, essa indicação será submetida à deliberação do plenário.



Arruda é o relator do empréstimo do BID ao BNDES



Suassuna relatará a programação monetária

Comissão também irá sabatinar presidente do BC

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Pedro Piva (PSDB-SP), convocou reunião extraordinária, a realizar-se terça-feira, às 10h30, quando será examinada, na primeira parte dos trabalhos da comissão, a mensagem presidencial indicando o economista Francisco Lopes para a presidência do Banco Central.

É competência privativa do Senado aprovar previamente, por voto secreto, a indicação do presidente e dos diretores do Banco Central, assim como do procurador-geral da República, dos ministros do Tribunal de Contas da União, dos magistrados e titulares de outros

O Senado aprovou ontem projetos de resolução que autorizam os governos do Ceará e de Goiás a contratarem empréstimos no valor total de R\$ 1,373 bilhão. Ambos os projetos irão agora à promulgação.

O governo cearense foi autorizado a contratar operação de crédito no valor de R\$ 954 milhões para sanear o Banco do Estado do Ceará e adotar outras providências relacionadas com o ajuste das finanças estaduais. O empréstimo faz parte do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) manifestou-se contrário ao projeto, alegando que o governo do Ceará tem sido alvo de muitas denúncias de irregularidades, que deveriam ser investigadas antes de se aprovar mais dinheiro para o estado.

Em defesa da aprovação da matéria, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) disse que o ajuste fiscal dos estados envolve bilhões de reais e várias etapas, como o

saneamento dos bancos, sua federalização e posterior privatização. "Como o governador Tasso Jereissati foi reeleito, essa operação de crédito representa a continuação de um processo administrativo.



Alcântara: com a operação, o Ceará aprofundará ajuste



Iris: inadimplência de grandes empresas prejudicou o BEG

Por seu vulto e complexidade, vamos conviver com esse processo ainda durante muito tempo", explicou.

SANEAMENTO

O plenário também aprovou projeto de resolução autorizando o governo do estado de Goiás a celebrar operação de

crédito no valor de cerca de R\$ 419 milhões, para saneamento do Banco do Estado de Goiás (BEG), no âmbito do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (Proes).

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) manifestou-se favorável ao projeto, mas ponderou que os estados precisam sanear, definitivamente, suas finanças, uma vez que o Senado não pode ficar aprovando renegociações ou novas operações de crédito todo ano.

Segundo Iris Rezende (PMDB-GO), o BEG não está falido, e sim passando por dificuldades, que refletem a inadimplência de empresas consideradas fortes até há pouco tempo, como a Encol. "Essa operação de crédito visa sanear o BEG, possibilitando sua federalização e posterior venda ao setor privado. Quando isso acontecer, ficará claro que o BEG dispõe de patrimônio vultoso, bem maior do que esses R\$ 419 milhões", garantiu.

Suplicy diz que moratória pode ser alternativa para a crise brasileira

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que a declaração de moratória da dívida externa brasileira não significaria "o pior dos mundos", uma vez que a moratória é um instrumento utilizado pelos países para renegociar dívidas e não representa uma bancarrota. A declaração foi feita ontem, em comentário sobre entrevista de Celso Furtado publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, na qual, segundo o senador, o economista e ex-ministro avalia que o país caminha para uma moratória da dívida externa.

Furtado, segundo Suplicy, explica na entrevista a má reputação da moratória no Brasil. Furtado diz que o mito de que a moratória é imoral e um calote foi criado pelo economista e de-

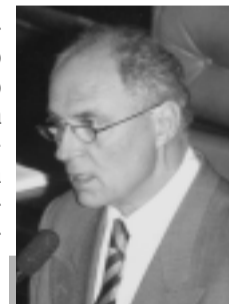
putado Roberto Campos, quando o então presidente Juscelino Kubitschek declarou moratória externa por tempo determinado.

As sugestões apresentadas por Furtado para a atual situação econômica seriam uma política de desenvolvimento voltada para a exportação de excedentes, incremento da poupança interna e reforma fiscal.

"Por que nos vemos obrigados a atender, em primeiro lugar, aos interesses de instituições financeiras internacionais como o

FMI?", questionou Suplicy. O senador acredita ser possível compatibilizar desenvolvimento econômico com estabilidade de preços e uma melhor distribuição de renda e de riqueza.

No mesmo pronunciamento, Suplicy anunciou que estará fora do país nos próximos dias 26 e 27, atendendo a convite da Organização Internacional do Trabalho (OIT), para participar de um encontro em Londres. Na oportunidade, serão estabelecidas diretrizes de ação para os próximos cinco anos nas áreas de emprego e bem-estar social.



Suplicy: idéia de que moratória é imoral não passa de mito

Economistas do governo "arrasam" com assalariados, acusa Amorim

O desastre das políticas econômicas tem sido a principal origem da crise que assola o país, afirmou o senador Ernandes Amorim (PPB-RO). Ele acrescentou ser inaceitável que o Brasil, considerado um dos países mais ricos do planeta, tenha uma das populações mais miseráveis do mundo.

Na sua avaliação, esse paradoxo somente pode ser explicado pelos sucessivos fracassos dos planos econômicos



Amorim critica os juros altos e a distribuição injusta da renda

e sociais praticados pelos economistas do governo federal e pelas políticas perversas impostas à sociedade brasileira.

— As nossas políticas de combate à inflação têm arrasado a nossa massa de patrícios assalariados, mantendo a recessão à custa do arrocho salarial, da insuportável taxa de juros e da elevada carga tribu-

tária, mal distribuída e injusta — disse Ernandes Amorim, observando que o processo de privatização das empresas públicas não foi ainda suficiente para fazer, a curto e médio prazos, o país crescer.

Amorim sustentou que o país precisa, com o apoio e a ajuda do Congresso Nacional e do povo, fazer as reformas política, fiscal e tributária, combater a corrupção, descentralizar o poder, diminuir o Estado e privilegiar o trabalho e o cidadão para encontrar com urgência um caminho que não o da catástrofe anunciada.

Comissão aprova relatório final do Orçamento

Senador Ramez Tebet, relator-geral da proposta orçamentária para 1999, deseja que o texto seja votado em plenário ainda durante a convocação extraordinária do Congresso Nacional

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) aprovou no início da madrugada de hoje, após 13 horas de reunião, o parecer final da proposta orçamentária da União para 1999, ressalvados 952 destaques para votação em separado.

O relator-geral, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), inseriu no documento uma última alteração para garantir na dotação do Sistema Único de Saúde (SUS) verba complementar de R\$ 225 milhões em benefício de 21 estados.

Na discussão, Ramez Tebet defendeu a inclusão do imposto sobre combustíveis e derivados – o chamado “imposto verde” – como fonte de receita na lei orçamentária deste ano. De acordo com o relatório, o imposto – que ainda tem de ser aprovado pelo Congresso – seria responsável por R\$ 2,1 bilhões de arrecadação.

Respondendo a indagações dos deputados Alberto Goldman e Sérgio Miranda, Tebet disse que a votação do novo imposto estava incluída na pauta da convocação extraordinária em curso, assim como a prorrogação e ampliação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Mesmo assim, o relator só acrescentou ao Orçamento cinco meses de arrecadação do novo imposto, temeroso de alguma morosidade em sua aprovação e cobrança.



Tebet (C) apresentou o relatório final da proposta orçamentária em reunião que se prolongou até a madrugada

– Seria injusto se ele fosse aprovado e sua aplicação ficasse inteiramente à mercê do Poder Executivo – ressaltou o senador, lembrando que cada estado terá, no máximo, 50% das emendas orçamentárias condicionadas à fonte 141, número que recebeu o “imposto verde”.

Tebet rebateu as críticas do deputado Israel Pinheiro, para quem várias emendas aprovadas não seguiram qualquer critério. De acordo com o relator-geral, muitas das emendas citadas pelo deputado já haviam sido expurgadas da peça orçamentária. O senador defendeu o aumento do gasto com habitação – de R\$

91 milhões, no ano passado, para R\$ 942 milhões – como uma louvável correção de rumo do governo federal.

A inclusão do superávit primário no Orçamento, de R\$ 16,3 bilhões (de acordo com as metas estabelecidas pelo governo federal com o Fundo Monetário Internacional – FMI), também foi defendida por Tebet. Ele explicou que o Orçamento, ao definir receita e despesa, automaticamente define a existência de déficit ou superávit. Reconhecendo ser essa uma inovação, manifestou seu temor de que a retirada da lei orçamentária do montante referente ao superávit pudesse compro-

meter as negociações com a comunidade financeira internacional.

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), relator setorial para o Ministério do Planejamento e do Orçamento, defendeu a aprovação do relatório final “para o bem do país e do Congresso Nacional”. Ele manifestou-se satisfeito com a discussão travada na comissão e pediu mais recursos para a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sob pena de prejudicar o censo do ano 2000.

RELATÓRIOS SETORIAIS

Na análise do relatório setorial sobre

poderes do Estado, o senador Flaviano Melo (PMDB-AC) protestou contra o corte na construção da sede da Justiça Federal em seu estado. O valor encaminhado pelo governo federal, de R\$ 1,37 milhão, foi reduzido para R\$ 437 mil. Segundo o relator setorial, deputado João Fassarella (PT-MG), o corte obedeceu ao critério de redução de 70% do valor total para as obras que ainda não tiverem cumprido um quinto de suas etapas.

Referindo-se ao relatório setorial para a Agricultura, Fazenda, Indústria e Comércio, o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) apelou no sentido de que fossem incluídos recursos necessários para a eletrificação da zona rural de Mato Grosso.

Já o senador Gilvam Borges (PMDB-AP) lembrou caminhada de 600 km que realizou no Amapá, tentando sensibilizar as autoridades para a pavimentação da BR-156, e pediu a inclusão de verbas no valor total de R\$40 milhões.

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) pediu que fossem mantidos os recursos destinados à conclusão do porto de Pecém, no Ceará. Segundo ele, seu estado desmembrou-se de Pernambuco há 200 anos e, desde então, obteve licença para realizar operações comerciais diretamente com a Europa. “O porto de Pecém pode finalmente concretizar essa possibilidade”, afirmou.

Alcântara pede mais apoio para a Embrapa

A importância da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que completou 25 anos, foi destacada, em plenário, pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Ele aproveitou a ocasião para cobrar maior apoio à instituição a fim de que ela continue “sua importante missão de pesquisa, desenvolvimento e disseminação de modernas tecnologias, indispensáveis para que o Brasil possa chegar ao terceiro milênio como país de primeira categoria, com uma população bem alimentada e educada”.

Na opinião do senador pelo Ceará, a empresa é fundamental para garantir que a agricultura seja levada a uma posição de maior equilíbrio entre campo e cidade, num sistema harmônico que possa oferecer melhor qualidade de vida à população:

– A Embrapa certamente colaborou para a construção de um Brasil maior, melhor e mais desenvolvido, principalmente pela melhoria dos padrões de produção e produtividade de nossa agricultura – disse Alcântara.

O senador afirmou que a Embrapa soube harmonizar todos os fatores e peculiaridades nacionais e responder de forma adequada ao desafio da produção de alimentos, matérias-primas e serviços destinados a suprir a população.

PAUTA DO SENADO PARA O PERÍODO DE CONVOCACÃO EXTRAORDINÁRIA

Número	Assunto	Relator	Situação Atual
CPMF			
PEC 34/98	Prorroga e altera a alíquota da CPMF	Romeu Tuma (PFL-SP)	Aprovada, em 19/1/99. À Câmara.
Reforma Político-Partidária			
PLS 187/98	Limita acesso ao Fundo Partidário	Francelino Pereira (PFL-MG)	CCJ
PLS 188/98	Institui o financiamento público das campanhas eleitorais	Sérgio Machado (PSDB-CE)	CCJ
PLS 189/98	Prazos de domicílio eleitoral e filiação partidária	Francelino Pereira (PFL-MG)	CCJ
PEC 38/98	Altera o cálculo do número de vereadores	Francelino Pereira (PFL-MG)	CCJ
PEC 39/98	Institui o voto facultativo	Francelino Pereira (PFL-MG)	CCJ
PEC 40/98	Restringe pesquisas eleitorais	Francelino Pereira (PFL-MG)	CCJ
PEC 41/98	Trata da vacância de senador	Francelino Pereira (PFL-MG)	CCJ
PEC 42/98	Institui o sistema eleitoral misto para as eleições para a Câmara dos Deputados e dispõe sobre a suplência dos deputados	Sérgio Machado (PSDB-CE)	CCJ
PEC 43/98	Segundo turno só para presidente da República	Sérgio Machado (PSDB-CE)	CCJ
PEC 44/98	Regras de fidelidade partidária	Sérgio Machado (PSDB-CE)	CCJ
PEC 45/98	Mandato de seis anos para senador	Francelino Pereira (PFL-MG)	CCJ
Outros assuntos			
PLC 41/98	Regula o processo administrativo na administração federal	Francelino Pereira (PFL-MG)	Aprovado, em 7/1/99. À sanção
PLC 08/91	Extinção dos manicômios	Sebastião Rocha (PDT-AP)	Aprovado, em 21/1/99. À Câmara
PLC 61/97	Cria a Política Nacional de Educação Ambiental	Joel de Hollanda (PFL-PE)	Apreciada na CE em 19/1/99. O projeto vai à CAS
PLC 48/98	Ensino no Exército brasileiro	Bernardo Cabral (PFL-AM)	Aprovado, em 20/1/99. À sanção
PLC 52/98	Parcelamento do solo urbano	Josaphat Marinho (PFL-BA)	Aprovado, em 7/1/99. À sanção
PLC 53/98	Nomes genéricos em medicamentos	Lúcio Alcântara (PSDB-CE)	Retornará à Ordem do Dia de 26/1/99
PLC 01/99	Coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação de sangue	José Alves (PFL-SE)	Aprovado na CAS em 20/1/99
PLC 03/99	Institui a política nacional de educação em direitos humanos para o ensino fundamental e médio	Emília Fernandes (PDT-RS)	CE
PLC 04/99	Criação de varas federais na Justiça Federal de primeiro grau	aguardando designação de relator	CCJ
PEC 01/99	Habeas corpus	aguardando designação de relator	CCJ

Obs.: Além das matérias acima, a convocação extraordinária inclui matérias sobre tratados, acordos e atos internacionais; projetos de competência privativa do Senado; medidas provisórias; matérias orçamentárias; e ainda as que estejam tramitando sob o regime de urgência ou que sejam encaminhadas neste período.

Senado presta homenagem a João Calmon

O plenário do Senado dedicou a primeira parte da sessão de ontem a homenagear o ex-senador João Calmon, falecido no dia 11 deste mês, aos 82 anos. O requerimento da homenagem foi encabeçado pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, que destacou, em seu discurso, o “exemplo de amor ao Legislativo” deixado por Calmon. Além de Antonio Carlos, também discursaram em homenagem a João Calmon os senadores Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), Gerson Camata (PMDB-ES), Hugo Napoleão (PFL-PI), Emília Fernandes (PDT-RS) e Edison



Lobão (PFL-MA). Os oradores lembraram a dedicação de Calmon à causa da educação no país, sua dignidade, perseverança e coerência na atuação parlamentar e simplicidade e humildade no trato pessoal. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) registrou em nome do Bloco Oposição, que lidera, o sentimento de pesar pela morte de Calmon. Em apartes, os senadores Josaphat Marinho (PFL-BA) e Júnia Marise (PDT-MG) também manifestaram seu reconhecimento à luta de João Calmon pela implantação de um ensino de qualidade no Brasil.

Para ACM, “um exemplo de amor ao Legislativo”

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem que o ex-senador João Calmon deixou ao país um exemplo de amor ao Legislativo. “Mesmo sem mandato, participava dos trabalhos do Senado com o mesmo espírito público”, afirmou Antonio Carlos, durante a homenagem ao ex-senador capixaba, falecido em 11 de janeiro.

Na opinião de Antonio Carlos, o sentimento de pesar era o mesmo no Senado e na Câmara dos Deputados:

– Traduzo à família o sentimento das duas Casas do Congresso Nacional, que lamentam a perda de um parlamentar que marcou sua atividade pela coerência, luta e espírito tenaz – ressaltou.



Antonio Carlos Magalhães

Camata destaca a atuação como jornalista e empresário

Primeiro orador na homenagem prestada ontem pelo Senado a João Calmon, falecido no último dia 11, o senador Gerson Camata (PMDB-ES) destacou a atuação do político capixaba como empresário e jornalista, e o seu empenho em defesa de maiores recursos orçamentários para a educação:

– Entendia Calmon que os excluídos só se tornariam partícipes e beneficiários do progresso quando eles próprios tivessem a consciência e a força de lutar pela sua inclusão. Essa consciência e essa força só chegariam a eles pela educação e pela cidadania – disse Camata.

O senador reportou-se aos principais fatos da vida de João Calmon, desde o convite que recebeu de Assis Chateaubriand para trabalhar como repórter do jornal *Diário da Noite*, em 1937, até a assunção, em 1955, à direção do grupo de empresas dos Diários Associados.

Nesse cargo, lembrou Camata, João Calmon denunciou a instabilidade política que precedeu o regime militar de 1964 para, depois, apoiar a escolha do marechal Castello Branco como presidente após o movimento. Mais tarde, Calmon arrependeu-se de apoiar os militares de-



Gerson Camata

vido à continuidade das Forças Armadas no poder após Castello Branco.

Camata lembrou ainda da chamada Emenda Calmon, aprovada pelo Congresso em 1976, após 15 anos de “uma luta incompreendida e difícil”. A proposta destinava à educação 12% dos recursos do Orçamento da União e 24% dos recursos dos orçamentos dos estados e municípios:

– Fica para nós o exemplo da sua vida, da sua postura, dos gestos comedidos, da voz mansa e do olhar tranqüilo. Fica a lembrança, que serve de parâmetro e emulação para todos nós, da dignidade, da perseverança, da simplicidade desse gigante da vida pública que nos deixou.



Diversos senadores recordaram, em plenário, a luta incansável de João Calmon em defesa da educação, que para ele era a “chave que abre a porta do futuro”

Napoleão recorda preocupação com a Língua Portuguesa

João Calmon foi um dos principais responsáveis pela inclusão da Língua Portuguesa como matéria eliminatória no vestibular, afirmou ontem o senador Hugo Napoleão (PFL-PI), que considerou a iniciativa uma das mais importantes contribuições do “parlamentar-educador” para a cultura brasileira.

Para Napoleão, Calmon considerava “a chave que abre o segredo do futuro”, defendendo a tese de que o desenvolvimento da nação depende, também, de um maior conhecimento da língua por parte da sua população.

O senador lembrou que, por sua iniciativa, a sala destinada à Comissão de Educação do Senado recebeu o nome de João Calmon. Mas, para que se fizesse justiça à luta do homenageado em prol da educação, Napoleão afirmou que “deveria haver uma estátua do grande senador em cada praça de todas as cidades brasileiras”.



Hugo Napoleão

Ronaldo lembra defesa vibrante da educação

Justificando sua presença na tribuna com razões “emocionalmente fortes”, o senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) manifestou sua admiração pela maneira como João Calmon abraçava a bandeira da educação:

– Ele se notabilizou por isso, pela forma com que sabia conduzir essa bandeira, de maneira vibrante. Ele juntou todos os seus méritos para realçar a importância dada à educação.

Ele lembrou o discurso de despedida de Calmon do Senado, em 1995. Calmon, modestamente, teria dito: “O que fiz foi apenas o dever primário de cidadão”, referindo-se à emenda que reservava recursos para a educação.

Ronaldo declamou versos de Castro Alves e afirmou que Calmon semeou a educação por toda a sua vida. No início da Ordem do Dia, foi lido o projeto de lei de Ney Suassuna (PMDB-PB) que dá o nome de João Calmon ao edifício do Ministério da Educação em Brasília.



Ronaldo Cunha Lima

Emília diz que senador se tornou símbolo de um ideal

Como não associar João Calmon à educação brasileira? Essa indagação norteou o discurso proferido ontem pela senadora Emília Fernandes (PDT-RS), em homenagem ao ex-senador. "Há pessoas que possuem o dom de colocar seus ideais acima das dissensões entre os grupos e dos conflitos de pontos de vista. Há pessoas que de tal modo se identificam e lutam por um ideal que passam a simbolizá-lo. Assim era a pessoa humana rara e já tão saudosa do senador João Calmon", disse Emília.

— Conheci João Calmon em 1995, quando cheguei ao Senado, e, ao manifestar-lhe minha admiração e respeito, ele, em gesto de profunda humildade, me disse: "A causa da educação precisa de mais defensores no Senado, e a sua chegada me alegra e fortalece minhas esperanças" — revelou Emília Fernandes.

A senadora lembrou que em maio de 1969 Calmon lançou a idéia de uma grande mobilização que fizesse dos anos 70 a "Década da Educação". Pelos jornais da época, observou, é possível perceber a maneira independente com que ele expunha suas idéias, "fugindo ao tom ufanista e bajulatório tão comum naqueles dias", quando ressaltava o problema da má aplicação dos recursos destinados à educação e sugeria uma rigorosa sindicância, "atingindo não apenas os vencidos, mas também os vencedores que ascenderam ao poder em abril de 1964".

Em 1976, continuou a senadora, Calmon apresentou pela primeira vez uma emenda constitucional restabelecendo a vinculação de gastos das receitas públicas à educação, que havia sido eliminada no regime militar, mas a proposta foi "bombardeada" pela Arena. Em 1983, no entanto, uma nova emenda foi aprovada

Lobão aponta garantia de recursos como principal legado

A garantia constitucional de recursos para a educação foi o principal legado do ex-senador João Calmon, na opinião do senador Edison Lobão (PFL-MA). "Ele teve a visão antecipada da importância da educação e afligia-se com a lentidão das providências que buscassem oferecer aos jovens brasileiros o aprimoramento necessário ao crescimento do país", lembrou.

Lobão fez ontem em plenário, no curso da homenagem ao ex-senador, um relato da luta iniciada por Calmon em 1976, em defesa da garantia de reservas orçamentárias para projetos educacionais. Lembrou que, com "sua insistência", o senador capixaba — mesmo inicialmente derrotado — conseguiu em 1984 a aprovação do percentual de 13% obrigatórios para a educação no Orçamento da União.

— O artigo 212 da Constituição, que, entre outras medidas, manda a União aplicar anualmente nunca menos de 18% e os estados e municípios pelo menos 25% de suas receitas na manutenção e desenvolvimento do ensino, não foi da autoria parlamentar de João Calmon, pois ele já não era senador, mas é tipicamente produto da



Para Emília Fernandes, não há como dissociar Calmon da educação brasileira

por unanimidade, ficando conhecida como "Emenda Calmon", e estabelecendo que a União aplicaria nunca menos de 13%, e os estados, o Distrito Federal e os municípios 25%, no mínimo, da receita resultante de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Em 1988, Calmon conseguiu elevar o percentual de vinculação da receita federal para 18%, e ainda combateu, em 1991, as tentativas do governo de diminuir esse percentual, que efetivamente caiu de 18% para 15%, explicou Emília.

Em aparte, a senadora Júnia Marise (PDT-MG) lembrou que era deputada federal quando Calmon, no Senado, apresentou a emenda que acabou levando seu nome. A senadora considerou ter sido, na Câmara, a intérprete do sentimento, do empenho e da luta do ex-senador. Para ela, Calmon alcançou a unanimidade nacional por ter exercido seu mandato pensando nas crianças e nos jovens.



Lobão atribuiu a Calmon "a visão antecipada da importância da educação"

sua influência — observou.

Em aparte, o senador Josaphat Marinho (PFL-BA) afirmou que João Calmon pode ser definido como um homem de educação em todos os sentidos. "Não só no trato do problema social, mas também no relacionamento pessoal", disse.

Plenário já aprovou 17 matérias na convocação extraordinária

Oito propostas foram votadas só nesta semana, inclusive a extinção dos manicômios e a emenda da CPMF, decidida em segundo turno

Oito das dezessete matérias apreciadas pelo plenário do Senado durante a convocação extraordinária foram aprovadas nesta semana, com destaque para a votação, em segundo turno, da proposta de emenda constitucional que prorroga e aumenta a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), realizada na terça-feira.

Outra decisão importante do plenário nesta semana foi tomada ontem, com a aprovação do regime de urgência para o projeto da contribuição dos inativos, cuja votação ficou marcada para a próxima terça-feira. No mesmo dia foi votado, em turno suplementar, o projeto de extinção progressiva dos manicômios.

Vários acordos internacionais estão entre as matérias votadas pelo plenário do Senado nesta última semana, inclusive dois tratados sobre transferência de presos condenados, assinados com o Chile e a Argentina, e, também, a Convenção sobre Bens Culturais Furtados ou Ilícitamente Exportados.

Os senadores ainda aprovaram projeto dispendo sobre o ensino no Exército e autorizaram os estados de Goiás e Ceará a concluir operações de crédito.

Nas comissões técnicas do Senado, foi intensa a atividade de votação de pareceres relativos à pauta da convocação extraordinária. A Comissão de Assuntos Sociais aprovou proposta que proíbe qualquer tipo de comercialização de sangue e seus componentes. Enquanto isso, a Comissão de Assuntos Econômicos opinou favoravelmente ao saneamento dos bancos estaduais do Ceará e de Goiás e rejeitou requerimento de convocação dos governadores para esclarecer a situação financeira dos estados.

Já a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional votou as indicações de Ruy Nunes Pinto e Hen-



Senadores tiveram uma semana de grande movimentação no plenário, com a votação, entre outras, de matérias relacionadas ao ajuste fiscal

▼ MATÉRIAS APROVADAS PELO SENADO

(de 18 a 22.01.99)

Projetos aprovados e enviados à sanção	1
Projetos aprovados e enviados à promulgação	5
Projetos aprovados e enviados à Câmara	1
Emenda constitucional aprovada em 2º turno	1
Total de matérias aprovadas	8

▼ MATÉRIAS APROVADAS PELO SENADO NA CONVOCACÃO EXTRAORDINÁRIA

(de 04 a 21.01.99)

Projetos aprovados e enviados à sanção	3
Projetos aprovados e enviados à promulgação	7
Projetos aprovados e enviados à Câmara	1
Emenda constitucional aprovada em 2º turno	1
Indicações de autoridades e embaixadores	5
Total de matérias aprovadas	17

▼ MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO EM 1998

Emendas constitucionais enviadas à promulgação	4
Emendas constitucionais enviadas à Câmara	7
Projetos aprovados e enviados à sanção	102
Projetos aprovados e enviados à Câmara	148
Projetos aprovados e enviados à promulgação	389
Escolha de autoridades e embaixadores	85
Indicação aprovada	1
Total de matérias aprovadas	736
Propostas enviadas ao Arquivo	184
Total de matérias apreciadas	920

rique Rodrigues Valle Júnior para os cargos de embaixador na Venezuela e no Canadá, respectivamente. A Comissão Mista de Planos, Orçamen-

tos Públicos e Fiscalização reuniu-se para a apresentação do relatório final sobre a proposta de lei orçamentária para 1999.

Freire critica proposta de reforma política

O senador Roberto Freire (PPS-PE) reclamou ontem, na sessão plenária, de não ter sido avisado sobre a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), realizada na quarta-feira, que examinou a reforma político-partidária. O presidente da CCJ, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), lamentou a ausência de Freire na reunião e disse que comunicou a todos os gabinetes a apreciação da matéria.

— Só agora tomo conhecimento de que o senador Roberto Freire não foi

comunicado da reunião da CCJ. Tive o cuidado de deferir pedido de vista para a matéria pelo prazo mais dilatado, de uma semana. Não houve nenhuma omissão da CCJ e lamento o ocorrido — esclareceu Cabral.

Roberto Freire disse que são 11 propostas para a reforma política, que é um tema polêmico.

— Quero participar dessa polêmica. Tenho uma concepção diferente da proposta apresentada, que é minimalista e autoritária — afirmou o senador pernambucano.



Roberto Freire adianta que tem uma concepção diferente sobre a reforma

MP de fundos constitucionais vai ao plenário do Congresso

Votação da medida deve ocorrer na mesma sessão em que será apreciado o Orçamento da União para 1999, segundo acordo firmado ontem

O parecer sobre a Medida Provisória nº 1.727-2, que trata das operações com recursos dos fundos constitucionais de financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, deverá ser apresentado diretamente ao plenário do Congresso Nacional. A comissão mista que estuda a matéria resolveu suspender a apresentação do parecer do deputado Jovair Arantes (PSDB-GO), que estava prevista para a reunião de ontem.

— Em entendimento com o governo federal, preferimos suspender a votação da matéria aqui na comissão mista para que possam ser retomadas as negociações. Vamos conversar com o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, para que a medida provisória seja votada na mesma sessão que apreciará o Orçamento — adiantou Jonas Pinheiro (PFL-



Jonas Pinheiro pediu solução rápida, para evitar prejuízos às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste

MT), presidente da comissão.

Na opinião de Jonas Pinheiro, a medida deve ser votada o mais rápido possível, pois o Norte, Nordeste e Centro-Oeste estão sendo prejudicados com a paralisação das negociações dos financiamentos envolvendo os respectivos fundos consti-

tucionais. Além de Jonas Pinheiro, também participaram da reunião os senadores Bernardo Cabral (PFL-AM) e Nabor Júnior (PMDB-AC) e os deputados Osório Adriano (PFL-DF), Roberto Pessoa (PFL-CE), Jovair Arantes (PSDB-GO) e Roberto Balestra (PPB-GO).

Nabor Júnior sugere na TV Senado política especial para a Amazônia

Uma política especial para a Amazônia. Foi o que defendeu, em entrevista à TV Senado, o senador Nabor Júnior (PMDB-AC). Depois de ressaltar as potencialidades e a extensão territorial da região, que ocupa 61% do território nacional, o senador reclamou do governo federal mais investimentos na Amazônia, para que a região venha a ter o desenvolvimento pretendido.

Nabor Júnior também defendeu que a comissão especial destinada a definir uma política para o desenvolvimento da Amazônia, cujos trabalhos se encerraram em dezembro último, seja recriada e transformada em comissão



Nabor Júnior quer ampliação de debate sobre temas como hidrovias e meio ambiente

permanente. A nova comissão passaria a examinar as matérias referentes, por exemplo, ao meio ambiente e à navega-

ção hidroviária, além de promover debates e levar os parlamentares *in loco* para melhor conhecer os problemas da região, sugeriu o senador, que foi presidente da comissão especial da Amazônia.

O principal problema, segundo o senador, é o desemprego, causado pela migração, do interior para as cidades maiores, principalmente de seringueiros e castanheiros. Há, ainda, problemas fundiários e a biopirataria que, conforme lembrou Nabor Júnior, está sendo tratada por projeto da senadora Marina Silva.

A entrevista com Nabor Júnior vai ao ar nesta sexta-feira, às 4h30, 9h30, 12h30 e 20h30.

Campos defende livre escolha de banco por assalariado

O senador Júlio Campos (PFL-MT) defendeu a aprovação de projeto de lei de sua autoria que garante aos funcionários de empresas ou outras instituições a escolha do banco em que receberão os seus salários. Atualmente, ao empregado é indicado um banco onde ele deve abrir uma conta a fim de receber seus vencimentos (conta funcional), o que caracteriza, na visão do senador, “uma coação e uma limitação da liberdade individual do cidadão”.

— Segundo as regras hoje vigentes, é a empresa que escolhe o banco onde o depósito dos salários é feito. E ela o faz em função de suas conveniências em-

presariais. Ao empregado nada é perguntado, nem lhe são oferecidas alternativas que lhe possam ser mais interessantes — argumentou o senador.

O projeto, apresentado pelo senador em 1997, acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para dar ao empregado o direito de eleger o banco de sua preferência. A medida também permite, segundo Campos, que o trabalhador reduza os custos na gestão de sua conta, negociando tarifas com uma instituição financeira que lhe inspire confiança.

— Se o banco onde a empresa costuma depositar os salários estiver interes-



Júlio Campos lembra lucros “vultosos” obtidos com gestão de salários dos trabalhadores

sado em atrair todos os empregados, que, então, lhes ofereça vantagens em relação aos outros. Os bancos auferem vultosos lucros com a gestão da massa de salários antes de liberá-la para as contas individuais — disse o senador.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO	RÁDIO SENADO
HOJE	HOJE
7h - <i>Saúde Todo Dia</i> - O programa trata da importância da atividade física para a saúde. Atividade: Ginástica Olímpica	8h - Agenda Senado Em seguida - Música e informação
7h30 - <i>Especial Unip</i> - Programa produzido pela Universidade Paulista; Assunto: Cirurgia do câncer	10h - Sessão plenária (ao vivo) Em seguida - Música e informação
7h55 - <i>Senado em Pauta</i>	19h - “A Voz do Brasil” Em seguida - Música e informação
8h - <i>Saúde Todo Dia</i> - Atividade: Futebol Feminino	20h30 - “Senado em linha direta — Edição Nordeste” Em seguida - Música e informação
8h30 - <i>Jornal do Senado</i>	21h - “Senado em linha direta — Edição Norte/Centro-Oeste” Em seguida - Música e informação
8h55 - <i>Senado em Pauta</i>	21h30 - “Senado em linha direta — Edição Sul/Sudeste” Em seguida - Música e informação
9h - <i>Cores do Brasil</i> - Uma viagem pelo país mostrando todo o seu potencial cultural. Em destaque, João Pessoa	0h - Sessão plenária do Senado (reprise) Em seguida - Música e informação
9h30 - <i>Entrevista</i> - O senador Nabor Júnior fala sobre “política especial para a Amazônia”	SÁBADO
9h55 - <i>Senado em Pauta</i>	10h30 - “Autores e Livros” - A entrevista desta semana é com uma das grandes vozes da poesia brasileira contemporânea: Adélia Prado. A apresentação é da professora Margarida Patriota
10h - <i>Sessão plenária</i> (ao vivo)	11h - “A Música Erudita” - No programa, grandes temas, como “Suíte Peer Gynt”, de Edward Grieg e “Concerto de Brandemburgo nº 2, em Fá Maior”, de Bach. A apresentação é do Senador Artur Távola
12h - <i>Cores do Brasil</i> - Diamantina	16h - “A Música do Brasil” - Uma coletânea de grandes nomes da MPB, como “Trem das Onze”, de Adoniran Barbosa e “Sangue Latino”, interpretada pelos Secos e Molhados. A apresentação é do Senador Artur da Távola
12h30 - <i>Entrevista</i> - O senador Nabor Júnior fala sobre “política especial para a Amazônia”	20h - “Especial do Mês” entrevista a cantora Dóris Monteiro, que fala sobre sua carreira e seus principais sucessos
12h55 - <i>Senado em Pauta</i>	22h - “Brahms - Vida e Obra” - O programa traz a “Sonata nº 2 para Clarinete e Piano - Opus 120”. A apresentação é do Senador Artur da Távola
13h - <i>Cores do Brasil</i> - São Luiz do Maranhão	DOMINGO
13h30 - <i>Consulta Marcada</i> - Reapresentaremos o programa sobre “pressão arterial”	11h - “A Música Erudita” (reprise)
14h30 - <i>Sessão plenária</i> (reapresentação)	17h - “Brahms - Vida e Obra” (reprise)
18h30 - <i>Cores do Brasil</i> - Serra dos Órgãos	19h30 - “Autores e Livros” (reprise)
19h - <i>Palestra</i> - Relações Amorosas	22h - “A Música do Brasil” (reprise)
20h - <i>Cores do Brasil</i> - Espírito Santo	
20h30 - <i>Entrevista</i> - O senador Nabor Júnior fala sobre “política especial para a Amazônia”	
21h - <i>Jornal do Senado</i>	
21h15 - <i>Consulta Marcada</i> - Reapresentaremos o programa sobre “pressão arterial”	
21h55 - <i>Senado em Pauta</i>	
22h - <i>Especial/China</i> - Apresentando “Ópera de Pequim”	
22h30 - <i>Especial Unip</i> - Programa produzido pela Universidade Paulista; Assunto: Cirurgia Vascular	
22h55 - <i>Senado em Pauta</i>	
23h - <i>Consulta Marcada</i> - Reapresentaremos o programa sobre “pressão arterial”	
<i>Obs.:</i> Durante a programação serão transmitidos <i>flashes</i> de reportagens, institucionais, especiais e o programa “Fala Cidadão”	



COMO SINTONIZAR

TV SENADO	RÁDIO SENADO FM
Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica	Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital
<ul style="list-style-type: none"> ● Satélite - B1 ● Transponder - 1 BE (Banda Estendida) ● Polarização: Vertical ● Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 Hz ● Antena - 3,6 m LNB ● Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG2 DVB ● Symbol 3,2143MS-S ● SEC 3/4 ● Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600 	<ul style="list-style-type: none"> ● Equipamentos necessários: ● Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C ● Receptor ABR 200, ComStream ● LBN DRO ComStream ● 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F
Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo	<ul style="list-style-type: none"> ● Informações técnicas: ● Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz ● Satélite: Brasilsat B2 ● Polarização: Vertical (RX) ● Modo: Joint-Stereo ● Taxa: 128 Kbps-BPSK ● Programação ABR: CC, 1, 11465600, 256000, 0 FD 1,17,1,7
<ul style="list-style-type: none"> ● NET BsB - canal 7 ● SKYNET - canal 30 ● DirecTV - canal 163 	